

Ensino médio obrigatório: que impactos?¹

CANDIDO ALBERTO GOMES*

RESUMO

A introdução da obrigatoriedade do ensino médio suscita questões sobre os benefícios e os ônus do prolongamento da escolaridade e da sua distribuição social. Embora os dados estatísticos agregados do Brasil não possam dar respostas às amplas questões de hoje, a exploração das PNADs fornece indícios a investigar. O nível médio de escolaridade da população tem crescido ao mesmo tempo em que aumentam as exigências do trabalho, mas alguns dados sugerem a ocorrência da inflação educacional. Por outro lado, as escolas tendem significativamente a perder alunos para o trabalho e para a concomitância deste com o estudo, a partir dos 14-15 anos. Em face do atraso escolar, os jovens, apesar da sua persistência, enfrentam a competição crescente com o trabalho, a falta de atratividade do ensino médio, o elevado nível de fracasso na primeira série e a escassa participação da educação profissional. Esse quadro sugere cautela, em razão da implantação da obrigatoriedade, em particular quanto aos jovens socialmente menos favorecidos. Assim, à necessidade de mudanças do ensino médio em si alia-se o fato de nele desembocarem as questões de qualidade e fracasso escolar acumuladas pelo ensino fundamental.

Palavras-chave: Ensino médio, Trabalho, Formação profissional, Fracasso escolar.

¹ Este trabalho foi, em parte, fundamentado em Gomes (2009), pesquisa realizada pela Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília para a Unidade de Tendências e Prospecção do Senai, Departamento Nacional, pelo que agradecemos a gentil autorização de seu diretor, Dr. Luiz Caruso.

* Coordenador da Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília (clgomes@terra.com.br).

RESUMEN

La reciente obligatoriedad de la educación secundaria suscita cuestiones sobre sus beneficios y dificultades, particularmente su distribución social. Aunque los datos estadísticos agregados en Brasil no puedan dar respuestas a las amplias cuestiones de hoy, las Encuestas Nacionales de Domicilio por Muestreo proveen indicios que pueden ser investigados. El número promedio de años de escolaridad de la población crece al mismo tiempo que los requerimientos del trabajo, sin embargo, algunos resultados sugieren la ocurrencia de una inflación educativa. Además, el hecho de que los alumnos trabajen y estudien al mismo tiempo hace con que un número significativo de ellos o bien abandone la escuela o acumule el estudio y el trabajo a partir de los 14-15 años de edad. Los jóvenes, a pesar del atraso escolar, demuestran una cierta persistencia pero enfrentan la falta de atracción de los currículos de la educación secundaria, el alto grado de reprobación en primer año y la baja participación de la educación técnica. Por esto, el escenario sugiere cierta cautela en la implantación de la obligatoriedad, especialmente cuando se trata de jóvenes socialmente menos favorecidos. Se concluye que, además de los cambios necesarios en la educación secundaria, hay que actuar sobre los serios problemas de calidad y fracaso escolar de la educación primaria de nueve años de duración, ya que estas deficiencias repercuten negativamente en la educación secundaria.

Palabras clave: Enseñanza Media, Trabajo, Formación profesional, Fracaso escolar.

ABSTRACT

The introduction of compulsory secondary education raises questions about the benefits and burdens of extending schooling as well as its social distribution. Although statistical data on Brazil cannot provide replies to the ample questions, the National Household Sampling Surveys (PNAD) open the doors for exploring some clues. The population's average number of schooling years has grown in line with the demands to work. However, some data suggest the occurrence of educational inflation. Furthermore, the concurrence of work has led to significant student dropout as of 14-15 years of age. They leave school or study while working. As a result of the high level of age-grade distortion, youngsters, though persistent as findings reveal, face the obstacles of increasing competition with labor, low degree of curricula attractiveness and high repetition and dropout rates at the first grade of secondary school, as well as a modest role played by vocational/technical education. Therefore, this scenario requires caution in implanting compulsiveness, in particular for socially disadvantaged youngsters. In conclusion, besides necessary profound secondary education changes, it is essential to face serious quality and efficiency problems in nine-year primary education, since they have deep repercussions on secondary education, especially age-grade distortion.

Keywords: Secondary education, Labor, Vocational education, Poor school performance.

A Emenda Constitucional nº 59/2009 veio ampliar a obrigatoriedade do ensino médio. Aparentemente, este sofreu um período de veloz expansão, mas as matrículas parecem estabilizar-se nos últimos anos. A quem essa medida beneficia? À população socialmente mais vulnerável? À juventude presente e futura, cuja diminuição populacional relativa já se manifesta, em face do aumento progressivo do número de idosos? Num momento de crise econômica mundial ou da sua longa convalescência, discutem-se questões mais amplas sobre o valor da educação: ela representa o mérito de conhecer e fazer, ou esse suposto mérito é uma capa ideológica para privilégios socialmente transmitidos (Bowles; Gintis, 1967; Dubet, 2004)? A educação ainda é um elevador para a mobilidade social ascendente ou já não pode evitar o *déclassement* (Peugny, 2009)? Sua expansão atende preferentemente a exigências de maior qualificação e produtividade ou contribui para a inflação das credenciais (Duru-Bellat, 2006)? No último caso, para os mais desfavorecidos a corrida passa a ter mais voltas, arcando com maiores custos, inclusive de oportunidade, por mais alguns anos (Collins, 1979; Dubet, 2004)? Os dados estatísticos secundários disponíveis no Brasil não são suficientes para responder a questões tão amplas; todavia, a sua exploração oferece indícios para os quais, pelo menos em parte, pretendemos buscar respostas por meio de outras pesquisas.

A obrigatoriedade do ensino médio vem reforçar a tendência de ampliação do acesso, em grande parte requerida pelas necessidades socioeconômicas. Num mundo em que o desemprego juvenil, pelo menos no que tange ao emprego decente, se tornou um problema transversal, é indispensável perguntar sobre as conexões com o trabalho, principalmente quando a cobertura da educação profissional se revela modesta. Essas são algumas questões que buscamos focalizar.

MAIS EDUCAÇÃO: ONDE?

Espelhando as transformações da sociedade e economia brasileiras e da sua inserção internacional, a média de anos de estudo por setor de atividade tem aumentado expressivamente, o que deve ser corroborado pelo Censo Demográfico de 2010. Ainda assim, a média geral é relativamente muito baixa, inferior à duração do ensino fundamental obrigatório, mesmo antes da sua ampliação para nove anos (Tabela 1). Os setores menos exigentes nesse sentido eram o agrícola e o industrial, sendo que o último se aproximava dos oito anos de estudo. Apesar disso, a maior variação percentual no período ocorreu na agricultura, cuja média de escolaridade ficou abaixo do antigo ensino primário.

Tabela 1 – Média do número de anos de estudo, por setor de atividade

Setor de atividade	1996	2006	Varição %
Agrícola	2,61	3,68	41
Industrial	5,92	7,47	26
Comercial e de serviços	7,13	8,70	22
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	9,92	10,49	6
Total	6,03	7,60	26

Fonte: Senai-DN (2008). Dados originais: PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios) 1996 e 2006.

Notas:

(1) Para formar o setor de atividades "Comércio e Serviços", em 2006, foram agrupados os seguintes setores: comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

(2) Para compor o setor de atividades "Comércio e Serviços", em 1996, foram agrupados os seguintes setores: comércio de mercadorias; prestação de serviços; serviços auxiliares da atividade econômica; transporte e comunicação social; administração pública.

(3) Em 1996 e 2006, para formar o setor de atividades "Indústria", foram agrupados os seguintes setores: indústria de transformação; indústria da construção; outras atividades industriais.

O incremento do acesso a todos os níveis educacionais no Brasil, apesar das desigualdades por nível e modalidade, tem conduzido à elevação do nível de escolaridade da população ocupada de dez anos de idade e mais. Segundo a tabela 1, o cotejo de duas PNADs em uma década sugere que, provavelmente, em sintonia com o aumento do número de pessoas com mais anos de estudo, tenham-se elevado em paralelo as exigências de escolaridade para o trabalho. Aparentemente, tem-se estabelecido um filtro pelo qual se reduziu a proporção de pessoas com o ensino fundamental e aumentou substancialmente a proporção dos que tinham o ensino médio e a educação superior, inclusive a pós-graduação. Ao mesmo tempo, se elevou o perfil de escolaridade da população ocupada pela indústria, um dos setores menos exigentes, como mencionado, mas altamente estratégico quanto à geração/adoção de inovações, desenvolvimento tecnológico e aumento de produtividade. Porém, considerada a distribuição percentual da população ocupada pelo curso mais elevado que frequentara (Tabela

2), apresentava-se nos dois anos em foco uma proporção maior de pessoas no ensino fundamental que a população ocupada total. Se, em 1996, cerca de três quartos do pessoal tinham o ensino fundamental, contra pouco mais de dois terços do total das pessoas ocupadas, em 2006 a diferença era menor: 57,4% do pessoal da indústria contra 52,7% do pessoal ocupado total. A proporção de trabalhadores industriais com o ensino médio, 34,2%, já superava o pessoal ocupado total e só era menor a participação dos trabalhadores com nível superior (graduação e pós-graduação).

Tabela 2 – Distribuição percentual da população ocupada de 10 anos ou mais, geral e na indústria, segundo o nível de escolaridade alcançado

Nível de escolaridade	Brasil			
	Geral		Indústria	
	1996	2006	1996	2006
Fundamental	68,9	52,7	75,7	57,4
Médio	20,2	32,9	17,4	34,2
Superior	9,2	12,1	5,9	7,2
Mestrado ou doutorado	0,4	0,7	0,7	0,3
Alfabetização de adultos	1,1	1,3	0,3	0,8
Outros	0,2	0,3	0,0	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Senai-DN (2008). Dados originais: PNADs 1996 e 2006.

Por seu lado, o cotejo das variações percentuais no sentido horizontal, isto é, no tempo, indica a diminuição relativa das pessoas ocupadas com curso fundamental, e o aumento das demais, especialmente com ensino médio, educação superior de graduação e pós-graduação e, pelo pequeno número, em 1996, dos trabalhadores com mestrado ou doutorado. Cresceu também o número de pessoas com alfabetização de adultos, sugerindo que um contingente precisou adquirir habilidades mínimas, para isso aproveitando a oportunidade dessa modalidade educacional. A indústria revelou-se mais seletiva, uma vez que os percentuais de aumento por curso foram mais altos que os da média

brasileira, no caso do ensino médio e da educação superior de graduação e pós-graduação. O número de trabalhadores com mestrado e doutorado teve o mais alto percentual de elevação. Essas mudanças seriam motivadas por exigência de maior qualificação e produtividade, num mundo interdependente, ou seria uma simples resposta à maior disponibilidade de pessoas escolarizadas? Em outras palavras, os gargalos seletivos apenas teriam-se deslocado para cima.

PRODUTIVIDADE OU CREDENCIALISMO?

Por sua vez, a tabela 3 desagrega os dados da população ocupada de dez anos e mais segundo a conclusão do curso mais elevado que frequentou. Nas categorias da legislação educacional anterior, referente às pessoas com mais idade, isto é, os níveis elementar e médio, primeiro ciclo, o número absoluto dos que não os completaram é maior do que o daqueles que os concluíram, tanto em 1996 quanto em 2006. O mesmo ocorre com o ensino fundamental, termo introduzido pela Constituição Federal de 1988. A situação, porém, se inverte com o curso médio, segundo ciclo, ou segundo grau, independentemente do período da terminologia: o número dos que o completaram é bem maior do que aqueles que declararam tê-lo incompleto, fosse por estarem cursando ou terem abandonado o curso. Ao cotejar os dados de 1996 e 2006, os maiores incrementos percentuais se referem aos que concluíram um curso, fosse fundamental, médio ou superior. As mesmas tendências se verificaram na indústria. Nesta, o aumento percentual das pessoas ocupadas que completaram os níveis de escolaridade acima do ensino fundamental foi maior do que aquelas que não os terminaram. Nos casos do ensino médio e do mestrado ou doutorado os percentuais de aumento foram sensivelmente mais elevados que os da população ocupada total.

Com efeito, entre 1995 e 2005 inverteu-se a composição da população ocupada brasileira: o grupo com até três anos de estudo, que alcançava mais de um terço do total, passou a ser inferior a um quinto. Enquanto isso, os que tinham idade mínima de 11 anos, de pouco mais de um quinto passaram a superar um terço, sugerindo maior seletividade do trabalho (Corseuil; Ramos, 2007). Contudo, apesar do aumento da escolaridade e de esta ser na literatura um relevante preditor da renda, os ganhos médios do trabalho se mantiveram estáveis em 1995-1999 e baixaram em 2001-2005. De modo geral, segundo os autores, os indicadores do mercado de trabalho se deterioraram nesse período, sendo apontados como fatores a abertura da economia e o aumento da carga tributária.

Tabela 3 – População ocupada de 10 anos ou mais, segundo o nível de escolaridade alcançado e a variação percentual

Nível de escolaridade alcançado	Situação do curso	Total		
		1996	2006	Variação %
Sem declaração ou ignorado	Sem declaração ou ignorado	8.879	2.632	- 70
Elementar (antigo primário)	Não aplicável	1.446.354	1.179.336	- 18
	Completo	5.513.647	3.942.668	- 28
	Incompleto	6.485.750	4.444.226	- 31
	Total	13.445.751	9.566.230	- 29
Médio 1º ciclo (antigos ginásial e básicos)	Não aplicável	72.242	77.516	+ 7
	Completo	1.128.202	844.602	- 25
	Incompleto	1.228.102	1.048.617	- 15
	Sem declaração ou ignorado	-	219	-
	Total	2.428.546	1.970.954	- 19
Médio 2º ciclo (antigos colegial e técnicos)	Não aplicável	17.717	16.869	- 5
	Completo	1.005.240	1.054.874	+ 5
	Incompleto	240.834	200.562	- 17
	Total	1.263.791	1.272.305	+ 1
Ensino fundamental ou antigo 1º grau	Não aplicável	870.185	993.956	+ 14
	Completo	4.120.684	5.875.452	+ 43
	Incompleto	15.628.003	20.149.872	+ 29
	Sem declaração ou ignorado	1.148	394	- 66
	Total	20.620.020	27.019.674	+ 31
Ensino médio ou antigo 2º grau	Não aplicável	160.580	526.490	+ 228
	Completo	7.359.949	18.692.175	+ 154
	Incompleto	1.925.504	3.600.771	+ 87
	Sem declaração ou ignorado	588	581	- 1
	Total	9.446.621	22.820.017	+ 142
Superior	Não aplicável	103.485	251.772	+143
	Completo	3.935.562	7.288.212	+ 85
	Incompleto	814.202	1.305.351	+ 60
	Total	4.835.249	8.845.335	+ 82
Mestrado ou doutorado	Não aplicável	-	-	-
	Completo	179.720	494.556	+ 175
	Incompleto	13.246	21.887	+ 65
	Total	192.996	516.443	+ 168
Alfabetização de adultos	Não aplicável	574.859	949.847	+ 65
Pré-escolar ou creche	Não aplicável	165.995	163.541	- 1

Fonte: Senai-DN (2008). Dados originais: PNADs 1996 e 2006.

Esses dados mostram que não só as exigências se elevaram no tempo, como também a população ocupada a partir do nível médio parece ser mais exigida em termos de certificação. Isso pode ser justificado em determinadas categorias pela habilitação técnica e pelo registro profissional, em atendimento à lei. Todavia, essa incidência maior de pessoas ocupadas com nível de ensino completo mais elevado também pode sugerir a existência do credencialismo, isto é, o recrutamento e a contratação desses trabalhadores, sendo o certificado ou credencial o elemento relevante de seleção. Deve-se observar que, no período em foco, o abandono e a taxa de conclusão no ensino médio se reduziram apenas lentamente. Os portadores dos certificados desse nível de ensino seriam selecionados em face da sua provável maior treinabilidade ou por características socioculturais suposta ou realmente associadas ao término de um nível de ensino (Gomes, 2005).

Ratificando essas suspeitas, a tabela 4, concernente à renda média domiciliar *per capita*, mostra valores mais elevados para os pontos de terminalidade de níveis educacionais antigos e atuais. Tanto na população economicamente ativa, como na população ocupada total e na população ocupada na indústria, os dados indicam que o retorno financeiro da educação é elevado. No caso da população ocupada total, a renda para 11 anos de estudo era quase três vezes maior que para menos de um ano. As diferenças acentuaram-se a partir da educação superior, ainda com reduzido acesso, de tal modo que a renda para 15 anos de estudo era nove vezes maior do que para menos de um ano. A população ocupada na indústria, além de apresentar renda mais elevada, guardava diferenças um pouco menores. Entretanto, um dado marcante é que a renda se elevava nos pontos de terminalidade escolar antigos e atuais, isto é, quatro, oito e 11 anos de estudo (antigos ensino primário, ensino fundamental e médio), conforme os seus certificados. Se apenas as competências adquiridas na escola valessem, a renda se elevaria gradativamente à aquisição de cada ano de estudo, o que não acontece. Os valores declinam em seguida aos pontos de terminalidade, só não ocorrendo isso no caso da educação superior incompleta ou de curta duração. Esta é mais uma suspeita de que a valorização dos certificados e diplomas envolve o credencialismo educacional. Assim, uma explicação poderia ser a maior oferta de pessoas certificadas ou também que as credenciais são vistas como indicadores (*proxies*), ao menos, potenciais de produtividade.

Tabela 4 – Renda domiciliar *per capita* média (em reais), segundo o número de anos de estudo e a condição do informante na população economicamente ativa

Número de anos de estudo	População		
	Economicamente ativa	Ocupada	
		Geral	Indústria
0	224	225	254
1	246	248	262
2	255	260	290
3	276	283	313
4	345	354	378
5	307	320	336
6	306	319	334
7	337	355	382
8	419	440	435
9	380	405	411
10	414	438	437
11	603	631	621
12	971	988	1.006
13	1.113	1.140	1.151
14	1.241	1.269	1.331
15	1.992	2.025	2.105

Fonte: Senai-DN (2008). Dados originais: PNAD 2006.

PORTAS DE SAÍDA DA ESCOLA

Outra dimensão relevante é a condição de atividade da população infanto-juvenil, de dez a 25 anos de idade. As categorias “só estudam”, “só trabalham”, “trabalham e estudam” e “não trabalham nem estudam” oferecem indícios sobre as idades em que mais incidem o ingresso no trabalho, a saída da escola e a concomitância entre estudo e trabalho (Tabela 5). É amplamente conhecido que muitos jovens, ao ingressarem precocemente no trabalho, deixam de efetuar investimentos educacionais em si mesmos, dessa forma renunciando a melhores resultados posteriores em termos de *status* ocupacional e renda. Do mesmo modo, a primeira ocupação do jovem constitui forte preditor da sua trajetória ocupacional (não necessariamente carreira, o que implica galgar os degraus de uma escada, quer numa só empresa ou em várias). Por sua vez, o nível de escolaridade, junto com as origens sociais, é o maior preditor do *status* do primeiro trabalho. Quem começa num baixo degrau da escada, provavelmente não terá fôlego para subir muito. Entretanto, caso inicie num degrau mais alto, tenderá a chegar mais alto (Blau; Duncan, 1967; Pastore, 1979). Dessa forma, a tabela 5, partindo dos dados de 2006, mostra certa retenção na escola até 14 e 15 anos. Estes são

pontos de maior saída, junto com os de 18 anos. Por sua vez, as portas de ingresso no trabalho se abrem expressivamente dos 14 aos 18 anos, para a categoria “só trabalha”. Os que estudam e trabalham, coerentemente, aumentam a um ritmo mais acelerado dos 14 aos 17 anos, quando ocorre o pico de 25%. A partir daí, a concomitância baixa cada vez mais. Por fim, os que não trabalham nem estudam têm vultosos aumentos percentuais dos 15 para os 16 anos e dos 17 para os 18. A partir daí a participação varia entre 22 e 24%, alcançando valores mais altos aos 20 e 23 anos. Vale observar que, em números absolutos, o acréscimo dos 17 para os 18 anos representa 258.151 jovens. Um por cento de crianças que só trabalham, aos 13 anos, são 30.604 e, aos 16 anos, são 266.082 adolescentes. Essas diferentes portas são fundamentais para os gestores preverem os fluxos de jovens que demandam educação profissional, que, por sua vez, pressupõe embasamento de educação geral.

Uma pesquisa anterior verificou que a idade crítica para deixar de “só estudar” é a de 14 anos, aumentando a partir daí a proporção dos que estudam e trabalham. A variável que mais impactou sobre a continuidade dos estudos, independentemente do sexo, foi a escolaridade dos pais (Capital cultural? Mais altas aspirações educacionais?). O grau de urbanização, o número de crianças e o número de idosos no domicílio também se destacaram, mas com efeitos dependentes do gênero (Corseuil; Santos; Foguel, 2001).

A situação brasileira melhorou visivelmente em face de 1996, em especial no que se refere ao avanço da escolarização e do recuo do trabalho infantil, porém num ritmo lento. A simultaneidade do estudo e trabalho e a categoria “não trabalham nem estudam” se reduziram em números absolutos e relativos. O abandono da condição de apenas estudar era maior antes, isto é, a partir dos 13 anos, diminuindo sensivelmente até os 19 anos. O ingresso no trabalho aumentava marcadamente a partir dos 12 anos, dando saltos sucessivos até os 19 anos. Tanto a idade do fim da obrigatoriedade escolar (até 2009, 14 anos) quanto a idade mínima de admissão ao trabalho (16 anos) não apresentam grandes diferenças nos dados, fazendo supor que o seu conhecimento e a observância são precários. Em 1996, o percentual mais alto dos que estudavam e trabalhavam apareceu também aos 17 anos; todavia, a queda percentual até os 25 anos foi mais rápida que dez anos depois. Ou seja, maior número de pessoas em 2006 passou a estudar por mais tempo, conciliando com o trabalho. Por fim, a preocupante categoria “não trabalham nem estudam” alcançou percentuais menores em 1996. Saltos percentuais significativos também ocorreram entre os 17 e 18 anos, nos dois casos.

Tabela 5 – Distribuição da população na faixa etária de 10 a 25 anos (em 1.000 habitantes), segundo a condição de trabalho e estudo

Idade	Só estudam				Só trabalham				Trabalham e estudam				Não trabalham nem estudam			
	1996	% do Total	2006	% do Total	1996	% do Total	2006	% do Total	1996	% do Total	2006	% do Total	1996	% do Total	2006	% do Total
10	2.988	88	3.320	93	36	1	5	0	224	7	187	5	155	5	40	1
11	2.849	84	3.295	92	52	2	3	0	310	9	248	7	170	5	42	1
12	2.748	81	3.238	90	77	2	9	0	406	12	307	9	171	5	58	2
13	2.697	76	3.000	86	129	4	31	1	498	14	379	11	220	6	82	2
14	2.519	68	2.755	80	247	7	65	2	615	17	490	14	320	9	147	4
15	2.060	58	2.482	72	394	11	142	4	692	20	615	18	377	11	207	6
16	1.650	47	2.023	59	631	18	266	8	771	22	811	24	450	13	330	10
17	1.214	37	1.734	49	760	23	441	12	790	24	901	25	546	16	475	13
18	912	29	1.111	31	995	31	961	27	650	20	791	22	630	20	733	20
19	585	19	748	22	1.204	40	1.247	37	564	19	645	19	650	22	773	23
20	393	14	567	16	1.316	46	1.506	43	506	17	611	17	677	23	830	24
21	299	11	443	13	1.344	50	1.634	47	380	14	576	17	682	25	795	23
22	211	8	346	10	1.463	55	1.734	52	320	12	510	15	647	24	749	22
23	155	6	272	8	1.519	60	1.903	55	242	9	461	13	634	25	829	24
24	109	4	202	6	1.564	61	2.066	59	223	9	421	12	661	26	821	23
25	78	3	175	5	1.559	65	2.073	61	164	7	382	11	607	25	756	22

Fonte: Senai-DN (2008). Dados originais: PNAD 2006.

FRACASSO & PERSISTÊNCIA

Então, que faziam essas coortes? Além do trabalho precoce, que se reduziu ao longo dos dez anos, a escolarização de crianças e jovens se retarda por variados motivos, em especial a reprovação e o abandono. A reprovação no ensino fundamental tem sido sensivelmente superior ao abandono (ocorrido ao longo do ano), mas, entre adolescentes/jovens, a ordem se inverte, como uma possível forma de proteger a autoestima e evitar a reprovação explícita (Gomes, 2000). Ademais, tendo maior perspectiva crítica sobre a escola e o trabalho, os jovens tendem a não prosseguir os estudos por considerarem sua falta de utilidade e significado, conforme a pesquisa coordenada por Néri (2009) sobre evasores do ensino médio, com base nos microdados da PNAD-2006. Ao mesmo tempo, à medida em que avança a idade, aumenta o custo de oportunidade, o que induz os jovens a ponderarem melhor as suas decisões de estudar e/ou trabalhar.

A tabela 6 indica esses números: quanto mais avançada a coorte, maior é o atraso em relação às séries ou níveis educacionais esperados. Essa defasagem cumulativa da educação básica agrava o ônus do custo de oportunidade, que se eleva a cada ano de idade. Entretanto, a educação de jovens e adultos (EJA) apresenta um papel reduzido, provavelmente, entre outros motivos, pelo estigma de educação de segunda classe, cuja credencial não é tão bem recebida pelos empregadores quanto a do ensino regular (Gomes; Carnielli, 2003). De fato, o papel da EJA como educação de segunda oportunidade é modesto, segundo o Suplemento da PNAD-2007 (Brasil, 2009). Conforme seus dados, apenas 7,7% da população de 15 anos e mais frequentava ou havia frequentado essa modalidade educacional. Com relação ao ensino médio, no primeiro caso, dos que continuavam na escola, predominava o grupo etário de 18 a 24 anos e os que se encon-

travam desocupados ou nunca haviam trabalhado antes. No último caso, entre os que haviam frequentado a EJA em nível médio, sobressaía o grupo de 25 a 29 anos de idade, com a mesma situação na população economicamente ativa. Dentre os que pararam os estudos 27,9% alegaram incompatibilidade com o horário de trabalho e, em seguida, pela ordem de grandeza, 15,6% declararam não ter mais interesse no curso.

Tabela 6 – Distribuição percentual da população de 7 a 29 anos, quanto ao nível de escolaridade

Nível de escolaridade \ Faixa etária	7-14 anos	15-17 anos	18-24 anos	25-29 anos
Educação infantil	1,9	-	-	-
Ensino fundamental	97,1	41,2 (EJA - 1,9)	15,4 (EJA - 2,7)	18,2
Ensino médio	0,9	57,8 (EJA - 0,4)	39,2 (EJA - 3,9)	25,3
Educação superior	-	0,5	39,6	56,5
Outros	0,1	0,5	5,8	-
Estudantes/Total	97,6	82,1	31,7	13,0
PEA/Total	2,3	39,3	74,5	82,8

Fonte: Senai-DN (2008). Dados originais: PNAD 2006.

Esses números têm reflexos na aprendizagem, (re)qualificação, educação profissional, sobretudo no nível técnico e superior. A subescolarização, para esses diferentes níveis e modalidades educacionais, significa que o candidato ou aluno chega à educação profissional com atraso curricular na educação geral. A recuperação de conhecimentos e habilidades pela educação profissional implica provavelmente custos mais elevados, uma vez que os da educação geral são menores.

Enquanto o ensino médio prolonga o tronco da educação geral, a educação profissional, de acordo com o mesmo Suplemento da PNAD-2007, exercia um papel quantitativamente muito modesto. Apenas 22,4% da população de dez anos e mais frequentava ou havia frequentado a educação profissional, com destaque para o grupo de 18 a 24 anos. Dentre os que se encontravam na educação profissional, o maior contingente, 43,2%, estava na faixa de 15 a 17 anos. Nunca tinham trabalhado, porém buscavam trabalho, isto é, a primeira ocupação. Grande parte dos pesquisados que a haviam frequentado já tinha trabalhado e, no período da coleta de dados, procuravam trabalho, integrando, assim, também a população economicamente ativa. Somando ambos os grupos predominava largamente a qualificação profissional (81,1% do total), com 18,2% nos cursos técnicos de nível médio e o restante na graduação tecnológica. Aparentemente, o ensino médio conti-

nua com o seu caráter propedêutico, como se a educação geral não pudesse ser altamente formativa. Se o aluno passa por tantos filtros até concluir o nível médio, por que, então, não busca a continuidade dos estudos em nível superior, socialmente mais prestigiosos?

Do ponto de vista coletivo e individual, o retardamento nos estudos, suscetível de se refletir na aparente reduzida busca da educação profissional, em especial do nível técnico, significa a renúncia a certo nível de renda ao longo da vida ativa, além de menores níveis de produtividade na juventude. O outro lado, muito positivo, da moeda é que, apesar desse atraso e da *via crucis* de insucessos escolares, grande fração populacional tem considerável perseverança para se manter no sistema educativo, atravessando sucessivas reprovações e dilatando o tempo da sua escolarização. Se esse grupo tanto insiste em continuar os estudos, é provável que se comporte em função de elevados retornos econômicos individuais para a educação. Com efeito, a maior proporção de jovens de 25 a 29 anos de idade encontrava-se em cursos de graduação (havia apenas 0,5% em mestrado e doutorado). Na faixa de 18 a 24 anos, típica do ensino de graduação, por pouco, os matriculados superavam a frequência ao ensino médio, e, no grupo de 15 a 17 anos, quase a metade estava no ensino fundamental. Em outras palavras, a democratização educacional se faz pela dilatação do período para galgar os diversos níveis escolares. A busca do tempo perdido utiliza a estratégia do adiamento e da extensão do tempo dedicado aos estudos.

MENOS JOVENS & MAIS IDOSOS

Embora as PNADs não sejam os melhores conjuntos de dados para calcular as taxas bruta e líquida de escolarização para o ensino fundamental e médio, a tabela 7 atende a propósitos meramente ilustrativos. Os dados demográficos mostram que ambas as coortes tendem a declinar, a de sete a 14 anos depois de um pico em 2006 e a de 15 a 17 anos após o apogeu, verificado em 2004. De modo geral, a população juvenil entra em declínio. Embora as taxas de escolarização possam estar superestimadas, as brutas e líquidas² tendem a aproximar-se, em face da gradual correção

² A taxa bruta de escolarização considera todos os alunos matriculados num nível educacional, independentemente da idade, como percentual do grupo populacional da idade “certa” para cursar aquele nível. Por sua vez, a taxa líquida de escolarização é o percentual de alunos com a idade “certa” para cursar um nível educacional sobre a população também com a idade “certa” para frequentá-lo. Por isso, a taxa bruta reflete os atrasos escolares e pode ser superior a 100%, isto é, o número de alunos das várias idades chega a ser maior que a população na idade “correta”. Enquanto isso, a taxa líquida indica de modo mais claro quantos por cento daquela faixa etária estão num determinado nível educacional. Assim, por exemplo, o ideal para o ensino fundamental seria uma taxa de escolarização líquida igual a 100%: todos os habitantes de seis a 14 anos estariam, sem atraso, cursando a educação obrigatória.

idade-série. Em adição aos dados da tabela 7, vale acrescentar que o grupo etário de 25 a 29 anos, que equivalia a 8,81% da população de cinco anos e mais de idade em 2001, elevou a sua participação para 9,2%. A faixa de 60 anos e mais cresceu de 10,0% para 11,3% no mesmo período. Por outro lado, o grupo de 18 e 19 anos caiu de 4,6% para 4,0% e o de 20 a 24 anos, de 10,3% a 9,6%. Como foi frisado no início, a afilada pirâmide populacional brasileira se transforma, reduzindo o número de alunos potenciais, o que implica a reestruturação das políticas públicas. Como a alocação de recursos do Fundeb se faz por aluno, caso o bolo de recursos se mantenha, cada aluno dele receberá uma fatia maior. Se, no entanto, a redução do número de jovens servir de pretexto para cortes orçamentários, o País poderá continuar patinando na situação educacional, ainda que não haja claras relações lineares entre gasto por aluno e rendimento.

Tabela 7 – População, matrículas, taxas bruta e líquida de escolarização nos níveis fundamental e médio, de 2001 a 2007 (Números absolutos em milhares e taxas em porcentagem)

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População 7-14 anos	26.277	26.679	26.572	27.629	27.510	27.984	27.318
Matrícula ensino fundamental	35.298	35.150	34.439	34.012	33.535	33.283	31.733
Taxa bruta escolarização	134	132	130	123	122	119	116,2
Taxa líquida escolarização	104	103	104	101	101	100	99,0
População 15-17 anos	10.309	10.461	10.603	10.742	10.659	10.425	10.262
Matrícula ensino médio	8.398	8.711	9.073	9.169	9.031	8.907	8.265
Taxa bruta escolarização	82	83	86	85	85	85	80,5
Taxa líquida escolarização	38	41	43	44	45	46	44,2

Fonte: Senai-DN (2008). Dados originais: População – PNADs. Até 2003 exceto a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Matrículas: Inep-MEC. Para calcular a taxa líquida de 2007 foi utilizado o número de alunos, em vez da matrícula, pois o órgão eliminou as duplicações. Portanto, o número de alunos existente em 2007 está mais próximo da realidade. Para o ensino fundamental em 2007 foi utilizado o número de alunos a partir dos seis anos de idade.

Desse modo, a dinâmica populacional torna a juventude um grupo estratégico para o sustento da sociedade brasileira que tem direito e merece, também por isso, o melhor preparo educacional e profissional possível: se ela encolhe em quantidade relativa, precisa crescer em preparo qualitativo. Basta

observar que, em face do envelhecimento da população nacional, haverá cada vez menos adultos para sustentar crianças, adolescentes e idosos. A juventude, uma vez qualificada, chegará à idade adulta em condições de alcançar maior produtividade, gerar maiores riquezas, receber renda mais alta, pagar mais tributos e cumprir o papel que lhe cabe num círculo virtuoso. A tabela 8 focaliza alguns momentos dessas mudanças populacionais. Fica claro que vivemos num momento favorável em que, de 1980 a 2020, a população jovem e adulta cresce cada vez mais: é a janela do chamado bônus demográfico (Unesco; Cepal 2005). Porém, ao se desagregar o grupo juvenil, entre 15 e 24 anos, verificamos que a sua proporção se reduz ao longo da série histórica, enquanto os idosos terão quase duplicado entre 2000 e 2020. Em seguida, o grupo de idosos dá um grande salto entre 2020 e 2050. Portanto, investir hoje na juventude representa uma garantia para as gerações presentes e vindouras. Não fazê-lo significa hipotecar o futuro do país. As reformas previdenciárias podem ser cada vez mais onerosas, com aumento considerável do período para aposentadoria e do valor contributivo real, com impactos sobre o nível e a qualidade de empregos, automação, déficit público etc. Assim, os efeitos para a economia e a seguridade social se revestem da maior importância. Por isso, pesa grave responsabilidade sobre as redes escolares e as instituições de educação profissional.

Tabela 8 – Projeção da população do Brasil, segundo a faixa etária, em 1980, 2000, 2020 e 2050 (em porcentagem)

Anos Faixa etária	1980	2000	2020	2050
15- 24 anos	21,1	19,7	16,3	10,4
15-64 anos	57,8	64,8	70,7	64,1
65 anos e mais	4,0	5,4	9,2	22,7

Fonte: Brasil (2008).

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA LACUNA?

A educação profissional no Brasil, à semelhança de outras nações, conta com dois ramos, um ligado ao ministério ou secretaria da educação e outro ao do trabalho. O ramo escolar fortaleceu-se a partir da presidência de Nilo Peçanha, quando a União passou a investir em uma rede de ensino profissionalizante. São fortes as similaridades com o modelo francês de difusão da educação profissional por meio da rede

escolar pública. Com a complexificação das necessidades socioeconômicas, a oferta sofisticou-se cada vez mais, indo até o doutoramento. Por outro lado, o chamado Sistema S, os sindicatos de trabalhadores, as organizações não-governamentais e o setor privado apresentam uma miríade de alternativas que percorrem um arco da educação formal à não formal.

O Educacenso de 2007 não só investigou a educação profissional, como também depurou as duplicações, estabelecendo diferença entre o número de alunos e as matrículas, estas mais numerosas que os primeiros, o que sugere certo número de alunos com mais de uma matrícula, ou seja, 1,016 matrícula por aluno (Tabela 9). Desse modo, foram recenseados 693.610 matrículas e 682.431 alunos na educação profissional, contra 2,859 milhões pelo Censo da Educação Profissional, em 1999, e 6,042 milhões de acordo com o mencionado Suplemento da PNAD-2007. Pelo Educacenso de 2007 quase todas as matrículas, ou 95,2%, situavam-se em área urbana, com a usual concentração no Sudeste e no Estado de São Paulo. O maior provedor era o setor particular, compreendendo os subsetores diretamente lucrativo e não lucrativo, com 53,7% das matrículas. Seguiam-se-lhe os Estados, com 31,0%; o Governo Federal, com 11,9%, e os governos municipais, com 3,4%. Ao contrário dos vieses de outras épocas, as mulheres também passaram a predominar na educação profissional, pois representavam 51,0% do número de alunos. A diferença era pouco maior segundo a PNAD-2007, que registrou 2,731 milhões de homens e 3,292 milhões de mulheres, a saber, 54,7% da população respondente.

Ainda recorrendo ao número de alunos, verifica-se que a educação profissional representava pouco menos de 5% do total de recenseados na educação básica, uma gota d'água no oceano. Mesmo considerando o alunado do ensino médio regular, a educação profissional não chegava a um décimo, isto é, 9,4%. Não é possível ajuizar só a partir daí se existe escassez de oportunidades para formação ocupacional ou se a abrangência do Censo não foi tão ampla. Considerando o Censo da Educação Profissional de 1999, os números foram muito mais altos: 2.045.234 matrículas no nível básico, 716.652 no nível técnico e 97.249 no tecnológico, totalizando 2.859.135 matrículas, que, por sua vez, equivaliam a 40,5% da matrícula do ensino médio regular no mesmo ano.

Porém, os dados felizmente não param aí: o Educacenso de 2007 focalizou as diversas alternativas de educação profissional de nível médio. Com isso, constata-se que a educação profissional integrada ao ensino médio atendia apenas 11,0% do total de alunos da educação profissional. Seguiu-se a concomitância de ambos, da ordem de 40,0%, ao passo que a educação profissional subsequente ao ensino médio

reunia a maior proporção, 47,8%. A educação de jovens e adultos de nível médio integrada à educação profissional do mesmo nível abrigava apenas 1,2% dos discentes, o que confirma o reduzido papel da EJA.

A distribuição do alunado por idade aponta ainda que, conforme a expectativa, o maior contingente de discentes do ensino médio concentrava-se entre 15 e 17 anos, embora quase a metade estivesse acima dessa faixa, em face do referido atraso escolar. O mesmo grupo etário predominou na educação profissional integrada ao ensino médio, e na educação profissional, concomitante ao ensino médio, prevaleciam por pequena margem os jovens de 20 a 24 anos. No caso da educação profissional subsequente, a idade era mais avançada, com ampla vantagem também do grupo de 20 a 24 anos. Ainda assim, mais de um quarto dos discentes tinha 30 anos e mais.

Tabela 9 – Distribuição do número de alunos do ensino médio e da educação profissional por alternativa, segundo o grupo etário (em porcentagem)

Faixa etária (anos)	Ensino médio regular	EP integrada ao EM	EP concomitante ao EM	EP subsequente ao EM	EJA integrado ao EM
Até 14	1,0	1,8	0,4	0,0	0,6
15 a 17	54,9	65,6	24,4	1,6	4,0
18 e 19	23,7	16,3	20,7	14,9	12,3
20 a 24	13,1	9,2	25,7	36,9	31,7
25 a 29	3,3	3,3	13,2	20,9	20,0
30 e mais	4,0	3,8	15,6	25,7	31,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Senai-DN (2008). Dados originais: PNAD 2007 e Inep-MEC, Educacenso de 2007. EP – educação profissional; EM – ensino médio; EJA – educação de jovens e adultos.

Os dados censitários, respeitados os seus critérios, abrem apenas uma nesga de um setor muito complexo, vasto e diversificado. De qualquer forma, ele concentra pessoal estratégico de nível médio para o trabalho, conforme necessidades possivelmente crescentes da economia.

OBRIGATÓRIO: E AGORA?

Como em qualquer país, a educação brasileira tem desafios no acesso, na eficiência, qualidade e democratização. O acesso, que consiste em repetir velhas receitas de construir salas de aula e formar e contratar mais professores, representa as beiradas do prato de mingau quente. São mais fáceis de executar, consti-

tuem uma expansão das organizações e levam à ampliação de recursos, gerando mais prestígio e poder para grupos estratégicos. Por isso, ela continua com alta atratividade. Ainda assim, o acesso não é completo na educação compulsória, dos seis aos 14 anos de idade, porém é comparável a um corpo volumoso com pernas e cabeça pequenas. A educação infantil, correspondente às pernas, ainda apresenta muito baixa cobertura, como o ensino médio e a educação superior, esta correspondente à cabeça.

Quanto à eficiência, a distorção idade-série é um dos indicadores do fracasso escolar e das perdas acumuladas por indivíduos e pela coletividade. Essa expressiva distorção está intimamente relacionada à qualidade, cujo nível é altamente desvantajoso, para o Brasil, nas pesquisas internacionais.

Por fim, a democratização ainda continua um sonho distante, na medida em que se reserva a educação pobre para o pobre. A distribuição educacional continua a espelhar o passado escravocrata da sociedade brasileira em que o ser humano, propriedade de outrem, não tinha direito sobre si mesmo. Cria-se, assim, um círculo vicioso: famílias de baixa renda têm acesso a menos e pior educação, que mantêm seus filhos na mesma faixa social (Cacciamali, 2005). Quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha? A educação ou a renda?

Nesta selva intrincada de problemas, em que a pobreza franciscana dos recursos coabita com a miserável qualidade do gasto, cabe mais uma vez enfatizar que o ensino médio tem mantido um nível de proficiência relativamente estável, de acordo com critérios um tanto generosos, segundo o Saeb: não melhora nem piora significativamente. Em princípio, não estaríamos diluindo muito mais a sopa. Entretanto, o ensino médio, que, segundo o nome, está no meio (em cima do muro?), precisa ser considerado no conjunto da educação básica, especialmente em relação ao que vem antes dele. O primeiro grande funil, como há mais de cem anos, continua na primeira série do ensino fundamental, cuja taxa de reprovação em 2005 era de 16,1%, superada só pela da quinta série, de 16,5%. Melhorou devagar e permanece alta. Como faltam evidências de que a reprovação melhora a qualidade, na quarta série persistem sérios problemas de leitura (Ireland et al., 2007). A distribuição das matrículas por série, também em 2005, numa fotografia estática, sem análise longitudinal, revelava uma sucessão de gargalos: se, na primeira série, havia 100 matriculados, na segunda caíam para 92, na terceira para 87 e minguavam para 66 na oitava série. As matrículas dos mais rigorosos funis, a primeira e a quinta séries, eram, como são, engordadas pelo elevado número de repetentes.

Os que sobreviviam, completando o ensino fundamental, caíam em outro funil: a primeira série do ensino médio, conforme a tabela 10. Esta era particularmente inchada pelas altas taxas de reprovação e abandono, respectivamente, de 14,8% e 19,6%, isto é, um total de 34,4% de perdas de efetivos discentes, além de um terço.

Tabela 10 – Esboço do fluxo de efetivos discentes por nível e modalidade de educação

Concluintes do ensino fundamental em 2005:	
Regular	2.471.690
EJA	505.199
Total	2.976.889
Matrícula na 1ª série do ensino médio regular em 2006	
	3.651.903 (38,1% no período noturno)
Concluintes do ensino médio em 2002:	
Regular	1.884.874
EJA	417.667
Total	2.302.541
Cursos de graduação presenciais em 2003:	
Candidatos inscritos	4.900.023
Vagas	2.002.733
Ingressos	1.262.954 (58,9% no período noturno)

Fonte: Senai-DN (2008). Dados originais: Edudata Brasil, Inep-MEC.

Em seguida, mais um gargalo se coloca na passagem do ensino médio para a educação superior, agora com novas feições. O número de candidatos inscritos nos cursos de graduação presenciais, nos últimos Censos da Educação Superior, era maior que o dobro do de concluintes do nível médio. É possível não só a mesma pessoa candidatar-se a várias instituições no mesmo ano, como voltar a se submeter ao processo seletivo em anos e semestres subsequentes. Com isso, o número incha, porém, na hora da realidade, o número de matriculados no ensino de graduação presencial é bem menor que o número de vagas oferecidas. Em termos mais claros, com base nos dados originais do Censo de 2007 (Brasil, s/d), calcula-se que só ingressaram nos cursos de graduação presenciais 25,8% dos candidatos inscritos, enquanto 63,1% das vagas foram preenchidas e, portanto, 36,9% ficaram ociosas. Vagas demais e concorrência acirrada? Aqui se delineia o ziguezague perverso da democratização da educação superior: a competição é desigual não só pelos cursos, como pelas instituições, sobretudo públicas, em face da favorável relação custos/benefícios. O MEC, atento, busca alternativas por meio do Enem e outras medidas.

Falta ainda uma avaliação cuidadosa, porém o mal aparentemente está longe de ser corrigido.

Em outras palavras, como em numerosos países do mundo, a educação superior apresenta uma estratificação interna: um candidato mais privilegiado poderá assegurar uma vaga, ao mesmo tempo, em cursos e instituição prestigiosas. Outro, sociavelmente menos favorecido, pode garantir uma vaga numa instituição conceituada, porém num curso de baixo prestígio. Afinal, um desprivilegiado, se assim é possível chamá-lo, conquista sua vaga em instituições e cursos pouco concorridos. Entre as carreiras menos atrativas, com menor número de candidatos, e entre os estabelecimentos de menor prestígio, destacam-se as licenciaturas, que formam educadores. E assim, ao contrário de outros países, fecha-se o círculo vicioso que conduz às dificuldades da educação básica e que, conforme expressa o nome, é a base da educação superior.

Quanto ao papel democratizante do ensino médio, é provável que em vez da antinomia entre produtividade e credencialismo ambos estejam relativamente correlacionados. Uma correlação frágil, ao que parece, pois a escolaridade se estende, enquanto a qualidade, aferida pelo Saeb, se mantém sem variações expressivas. Felizmente, nem para baixo, nem para cima. À pressão socioeconômica por mais altos níveis de escolaridade acresce agora a obrigação constitucional. No fermento da inflação educativa, em que a abundância relativa de credenciais leva à sua própria devalorização, a corrida pelo trabalho passa a ter mais voltas, a menos que a expansão da estrutura ocupacional ocorra numa velocidade maior. Mais voltas significa maior regressividade, ou “efeito Robin Hood” pelo avesso: mais custos para os menos favorecidos socialmente, que traduziriam a sua escolaridade nas mesmas ou – em cenários negativos – menores conquistas ocupacionais e de renda de hoje. Tudo pode ficar como dantes no quartel de Abrantes. E o aumento da escolaridade, com os respectivos custos, se converterá em maiores benefícios coletivos em cidadania e produtividade? São efeitos a avaliar.

Como essas questões não são simples, as respostas dependem de outras perguntas: como se tem comportado a estrutura ocupacional, em número e composição de nichos, essa ilustre pouco conhecida? Por que as matrículas do ensino médio parecem perder o ímpeto expansionista dos anos 90? Só a redução das coortes populacionais? O que atrai e o que afasta os jovens no ensino médio? Pretendemos pesquisar alguns desses tópicos a curto prazo, mas de tudo isso poderíamos extrair uma verdade acaciana. Por ser óbvia, corre maior risco de não ser vista: melhorando

dramaticamente o ensino fundamental, bem como a educação infantil, poderá haver sensível melhoria do ensino médio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAU, Peter M.; DUNCAN, O. D. *The American occupational structure*. New York: Wiley, 1967.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. *Schooling in capitalist America: educational reform and the contradictions of economic life*. New York: Basic, 1967.
- BRASIL. Ministério da Educação. Inep. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- _____. *Projeções 1980_2050_revisão_2008.zip*. Disponível em: <http://ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/Revisao_2008_Projecoes_1980_2050/Revisao_2008_Projecoes_1980_2050>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- CACCIAMALI, M. C. *Mercado de trabajo juvenil: Argentina, Brasil y México*. S/l.: Unidad de Análisis e Investigación sobre el Empleo, Departamento de Estrategias de Empleo, 2005. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/download/esp2005-2.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2008.
- COLLINS, R. *The credential society: an historical sociology of education and stratification*. New York: Academic, 1979.
- CORSEUIL, C. H.; RAMOS, L. *Brazilian labor market performance: 1995-2005*. In: SEMINAR ON LABOUR MARKETS IN BRAZIL, CHINA AND INDIA, 2007, Paris: OECD, 2007. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/54/27/38355614.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2008.
- CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. *Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão n.797)
- DUBET, F. *L'école des chances: qu'est-ce qu'une école juste?* Paris: Seuil, 2004.
- DURU-BELLAT, M. *L'inflation scolaire: les desillusions de la méritocratie*. Paris: Seuil, 2006.
- GOMES, C. A. *A Educação em novas perspectivas sociológicas*. 4. ed. São Paulo: EPU, 2005.
- _____. *O Ensino médio no Brasil ou a história do patinho feio recontada*. Brasília: Unesco, 2000.
- _____. *Tendências da educação e formação profissional no Hemisfério Sul*. Brasília: Senai, 2009. (Série Estudos Educacionais, n. 6). Disponível em: <<http://redesenai.senai.br/portal/main.jsp?lumPagId=8A9015481083FF4B0110972CDCEB4574&lumIl=8A90154723057CF A012314E71A391B70>>. Acesso em: 23 mar. 2010.
- GOMES, C. A.; CARNIELLI, B. Expansão do ensino médio: temores sobre a educação de jovens e adultos. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 119, p. 47-69, jul. 2003.
- IRELAND, V. et al. *Repensando a escola: um estudo sobre os desafios de aprender, ler e escrever*. Brasília: Unesco, MEC, 2007.
- NÉRI, M. C. (Coord.). *Motivos da evasão escolar*. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

- PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- PEUGNY, C. *Le déclassement*. Paris: Grasset, 2009.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – Senai. Departamento Nacional. Unidade de Prospectiva do Trabalho – Unitrab. *Indicadores educacionais e ocupacionais*. Brasília: Senai, 2008.
- UNESCO. CEPAL. *Invertir mejor para invertir más: financiamiento y gestión de la educación en América Latina y el Caribe*. Santiago do Chile: Unesco/Cepal, 2005.

Recebido em: março 2010

Aprovado para publicação em: maio 2010